

BMG DTVM

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
CNPJ Nº 08.030.215/0001-67

www.bancobmg.com.br/ri

SEDE
São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
A Administração da **Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("DTVM"), anteriormente denominada Cifra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, controlada do Banco Bmg S.A. ("Banco Bmg"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes.
A DTVM foi adquirida pelo Banco Bmg em 18 de agosto de 2011.

Sobre o Banco Bmg
Somos um banco completo! Nosso compromisso está centrado nas pessoas e em suas necessidades, por isso, seguimos construindo um banco moderno, ágil, tecnológico, e acima de tudo, humano.

Somos DIGITAL, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico. Assim, nos aproximamos tanto de clientes mais tradicionais, movidos pelo relacionamento olho no olho, quanto de clientes mais abertos a inovações e mudanças.
Tudo isso tem impactado positivamente em nosso portfólio de produtos ao longo dos anos. Saímos de um segmento de nicho para atender as necessidades de milhões de brasileiros e empresas por meio da ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços. Em nossas principais verticais de atuação temos: Varejo PF, Varejo PJ, Alcaide e Gestão de Recursos. Isso nos permite seguirmos firmes em nossa missão de popularizar os serviços financeiros no Brasil.

Desempenho Financeiro
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a DTVM registrou lucro de R\$0,3 milhões e o patrimônio líquido foi de R\$14,0 milhões, correspondendo a um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 2,2%.

Em 31 de dezembro de 2021, o total de ativos atingiu R\$14,5 milhões, dos quais R\$2,9 milhões referem-se a disponibilidades e R\$9,5 milhões referem-se a aplicações em depósitos interfinanceiros. A DTVM não possui investimento em outras companhias.
Agradecemos a todos os diretores, colaboradores e parceiros pelo empenho, e aos nossos acionistas e clientes, pelo apoio e confiança depositados.
São Paulo, 17 de fevereiro de 2022.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	2021	2020
Ativo			
Disponibilidades	3	2.846	2.795
Instrumentos Financeiros		9.529	9.447
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	9.529	9.447
Outros créditos	5	2.084	1.840
Ativos fiscais		195	236
Diversos		1.928	1.604
Total do Ativo		14.459	14.082

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2021	2020
Passivo e Patrimônio Líquido			
Provisões	6(a)	32	36
Obrigações fiscais	6(a)	66	66
Outras obrigações	6(b)	361	66
Total do Passivo		459	102
Patrimônio Líquido	7	14.000	13.980
Capital social - De domiciliados no país		7.000	7.000
Reserva de lucros		7.000	6.980
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		14.459	14.082

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Reserva de Lucros			Total
	Capital social	Legal	Estatutárias	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.000	190	6.810	14.000
Prejuízo do exercício			(20)	(20)
Absorção de prejuízo			(20)	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.000	190	6.790	13.980
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.000	190	6.790	13.980
Lucro líquido do exercício			313	313
Destinação do lucro líquido:				
Dividendos (R\$1.050 - por ação) (nota 7)			(293)	(293)
Constituição de Reservas			297	(313)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.000	206	6.794	14.000
Saldos em 30 de junho de 2021	7.000	194	6.806	14.000
Lucro líquido do semestre			231	231
Destinação do lucro líquido:				
Dividendos (R\$ 0,83 por ação)			(231)	(231)
Constituição de Reservas			12	(231)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.000	206	6.794	14.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 1 - Contexto operacional - Conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil, através de ofício de 10 de novembro de 2021, comunicamos mudança do objeto social da Cifra Financeira S.A. para "sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários", adotando como nova denominação Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
As operações da Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("DTVM"), são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições financeiras que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação do Grupo Financeiro Bmg. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

A DTVM tem por objetivo a prática de operações permitidas às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com as normas legais e regulamentares, passando a fazer parte do conglomerado financeiro Bmg. Durante o ano de 2021 a DTVM não realizou operações como distribuidora de títulos.

A DTVM, constituída sob a forma de Companhia fechada, controlada pelo Banco Bmg S.A. está sediada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

NOTA 2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.402/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o Banco Bmg observa o disposto na Resolução CMN nº 818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, passando a apresentar o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da DTVM em 17/02/2022.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, o Conglomerado, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos até o presente momento:

Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico

Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Retenção de Recursos em Ativos

Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível

Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 05 (R1) - Pagamento Baseado em Ações

Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Resolução CMN nº 4.748/19 - CPC 46 (R1) - Mensuração do Valor Justo

Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 41 (R1) - Resultado por Ação.

Alguns números incluídos neste Relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas (a) Caixa e equivalentes de caixa -

Caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela DTVM para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas em moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(d) Outros ativos - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(e) Passivos - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

Os créditos tributários de imposto de renda são constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando os correspondentes créditos tributários forem pagos.

A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL" para 20%, a partir de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, passando para 15% a partir de janeiro de 2022.

O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado, usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja previsto e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os

impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de ajustar os saldos numa base líquida.
Foi conferido a DTVM o direito ao não pagamento da CSLL em face da inconstitucionalidade da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988 ("Decisão TRF"). Tal decisão judicial foi proferida pelo Plenário do Tribunal Regional da Primeira Região em sede de Arguição de Inconstitucionalidade, transitando em julgado por decoro do prazo para interposição de recurso pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

(g) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais - São avaliados reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

NOTA 3 - Disponibilidades - O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2021	2020
Disponibilidades	2.846	2.795
Total - Circulante	2.846	2.795

NOTA 4 - Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2021	2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.529	9.447
Total - Circulante	9.529	9.447

NOTA 5 - Outros créditos

	2021	2020
Ativos fiscais correntes	156	229
Devedores diversos - País (i)	1.474	1.458
Valores a receber sociedades ligadas	454	146
Total	2.084	1.840
Circulante	676	369
Não circulante	1.408	1.471

(i) O saldo de devedores diversos refere-se, basicamente, a bloqueios judiciais.

NOTA 6 - Provisões, obrigações fiscais e outras obrigações

(a) Provisão e obrigações fiscais

	2021	2020
Provisões	32	36
Obrigações fiscais	66	66
Correntes	66	66
Total - Circulante	96	36

(b) Outras obrigações

	2021	2020
Sociais e estatutárias	313	19
Cretores diversos	48	47
Total - Circulante	361	66

NOTA 7 - Patrimônio líquido - (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021, o capital social

subscrito e integralizado é de R\$ 7.000, representado por 279.000 (duzentas e setenta e nove mil) ações, sem valor nominal, todas nominativas, sendo 139.500 (cento e trinta e nove mil e quinhentas) ações ordinárias e 139.500 (cento e trinta e nove mil e quinhentas) ações preferenciais.

Não houve movimentação na quantidade de ações no período.

(b) Reservas - Reserva de lucros - Legal: E constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: E constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

(c) Dividendos - Os acionistas têm direito de receber com dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Em 31 de dezembro de 2021, foi constituído o montante de R\$293 a título de dividendos, cujo pagamento será definido e deliberado em Assembleia de acionistas.

NOTA 8 - Resultado de operações com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

	Segundo Semestre 2021	2021	2020
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	342	489	283
Total	342	489	283

NOTA 9 - Outras despesas administrativas

	Segundo Semestre 2021	2021	2020
Marketing	(21)	(37)	(25)
Processamento de dados	(6)	(6)	(6)
Seguros	(9)	(9)	(218)
Serviços técnicos especializados	(20)	(40)	(38)
Outras despesas administrativas	(4)	(4)	(4)
Total	(60)	(96)	(281)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da DTVM é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	Segundo Semestre 2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		342	489	283
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8	342	489	283
Resultado bruto da intermediação financeira		342	489	283
Outras receitas (despesas) operacionais		(56)	(104)	(310)
Outras despesas administrativas	9	(60)	(96)	(281)
Despesas tributárias		(13)	(39)	(39)
Outras receitas operacionais		4	5	10
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		286	385	(27)
Ativo fiscal diferido		(55)	(65)	(7)
Imposto de renda		(55)	(65)	(7)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício		231	313	(20)
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$		1,12	(0,07)	(0,00)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO

	Segundo Semestre 2021	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	231	313	(20)
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	231	313	(20)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

	Segundo Semestre 2021	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	231	313	(20)
Ajustes:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	7	(7)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre/exercício	231	320	(27)
Varição de ativos e passivos			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(166)	(82)	217
Outros créditos	(8		

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9892-BD4E-A150-BC46> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9892-BD4E-A150-BC46



Hash do Documento

D8FF45894A830FE1B731C4A3307060CEF98FD1EC11D4E8D9880D003D10430C4D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2022 é(são) :

Lilian Regina Mancuso - 008.007.358-11 em 23/02/2022 18:06 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Wed Feb 23 2022 18:06:36 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.5032052 Longitude: -46.7030387 Accuracy: 11.483

IP 189.69.113.152

Hash Evidências:

D39F25E6D89962DA9633D3CB34D7932A032B46F584DAFDC314A4253A2A67EF86

